



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO**

**PREGÃO Nº 037/2020**

**VERSÃO ATUALIZADA APÓS ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA PGF**

**CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: PERMANENTE**

**TIPO DE LICITAÇÃO: PREGÃO TRADICIONAL**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de equipamentos para controle da água por telemetria para atender demanda da Assessoria de Meio Ambiente e fonte de alimentação ininterrupta para atender demanda do Campus Janaúba.

PREGÃO 37/2020						
ITEM	N PAC	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
LOTE 1						
1	5818	338612	SONDA, TIPO: CONTROLE PRESSÃO, APLICAÇÃO: SISTEMA MONITORAMENTO E DRENAGEM DE POÇO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TRANSMISSOR DE NÍVEL COM ESCALA COMPREENDIDA ENTRE 0 A 65MCA E 0 A 80MCA COM MÍNIMO DE 73M DE CABO, DIÂMETRO MÁXIMO 17MM, INVÓLUCRO EM AÇO INOX 316; SENSOR PIEZORESTSTIVO EM INOX 316L; SINAL DE SAÍDA 4 A 20MA A 2 FIOS; ALIMENTAÇÃO 8 A 28 VDC; PRECISÃO MELHOR OU IGUAL A 0,25% DO FE; PONTEIRA ROSCADA EM AÇO INOX 316; ELETRONICA COM COMPONENTES SMD E COM PROTEÇÃO CONTRA INVERSÃO DE POLARIDADE.	1	R\$ 2.319,67	R\$ 2.319,67
2	5819	43583	REGISTRADOR ELETRONICO DE PRESSAO - REGISTRADOR ELETRÔNICO COM NO MÍNIMO 8 ENTRADAS ANALÓGICAS, 2 SAÍDAS A RELÉ E 8 PORTAS DIGITAIS CONFIGURÁVEIS COMO ENTRADA OU SAÍDA. QUE ACEITE NO MÍNIMO ATÉ 128 CANAIS PARA O CÁLCULO DE GRANDEZAS. QUE ACEITE NO MÍNIMO ATÉ 32 OCORRÊNCIAS DE ALARME DETECTADAS, PERMITINDO O ACIONAMENTO DE SAÍDAS. PERMITE O ENVIO DE E-MAILS OU DE TRAPS SNMP, INTERFACE RS485 INTERFACE USB, INTERFACE ETHERNET 10/100, DHCP, DNS, SMTP, HTTP, FTP, MODBUS TCP, SAÍDA 24V, ALIMENTAÇÃO 100~240VCA.	2	R\$ 4.925,33	R\$ 9.850,66
3	5820	106372	PAINEL ELETRÔNICO – AUTOMACAO. FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO, TAMPA TRANSPARENTE EM POLICARBONATO COM ADITIVO UV PARA MONTAGEM EM CAMPO, A PROVA DE TEMPO, GASES, VAPORES E PÓ (NEMA 4 -IP-65), COM RÉGUA DE BORNES E DISJUNTORES.	2	R\$ 871,67	R\$ 1.743,34
4	5821	338612	SONDA, TIPO: CONTROLE PRESSÃO. APLICAÇÃO: SISTEMA MONITORAMENTO E DRENAGEM DE POÇO. TRANSMISSOR DE NÍVEL, ESCALA COMPREENDIDA ENTRE 0 A 15MCA E 0 A 20MCA CCM, MÍNIMO DE 25M DE CABO. INVÓLUCRO EM AÇO INOX 316; SENSOR PIEZORESTSTIVO EM INOX 316L; SINAL DE SAÍDA 4 A 20M AA 2 FIOS; ALIMENTAÇÃO 8 A 28 VDC; PRECISÃO MELHOR OU IGUAL A 0,25% DO FE; PONTEIRA ROSCADA EM AÇO INOX 316. ELETRONICA COM COMPONENTES SMD E COM PROTEÇÃO CONTRA INVERSÃO DE POLARIDADE.	1	R\$ 1.033,50	R\$ 1.033,50
5	5822	150213	SENSOR PARA TRANSMISSÃO DE DADOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO-ESPECIFICAÇÕES: SAÍDA DE SINAL, EQUIVALENTE A CONTATO REED,CORRENTE MÁXIMA 100MA, TENSÃO MÁXIMA 30V, POTÊNCIA MÁXIMA 1W, TEMPERATURA DE TRABALHO °C -10/+55, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO °C -20/+55, PROTEÇÃO IP68. DEVE ATENDER ÀS NORMAS E.M.C. EN 50081-1, EN 50081-2, EN 50082-1, EN 50082-2. REFERÊNCIA SENSOR CYBLE FABRICADO PELA IRON PARA LEITURA POR TELEMETRIA DE HIDRÔMETROS TIPO WOLTMANN .	1	R\$ 686,80	R\$ 686,80
TOTAL LOTE 1						R\$ 15.633,97

ITEM 6						
6	5826	386679	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA TIPO NO-BREAK, TENSÃO ENTRADA: 220V, TENSÃO SAÍDA: BIVOLT 110/220 AUTO TRAFQ, TIPO ESTABILIZADOR INTERNO: DUPLA CONVERSÃO, PROTEÇÃO ELETRÔNICA, TIPO ONDA: SENOIDAL, AUTONOMIA BATERIA: NO MÍNIMO 15 MIN., CAPACIDADE NOMINAL: 6 KVA. FUNÇÃO ECONOMIA DE ENERGIA, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO RS-232; USB, SLOT DE COMUNICAÇÃO E CARTÃO SNMP. CONECTOR PARA BATERIA EXTERNA TIPO ENGATE RÁPIDO COM SISTEMA HOT SWAP DE BATERIAS. BYPASS MANUAL E AUTOMÁTICO, TELA LCD COM TECLAS DE NAVEGAÇÃO.	1	R\$ 11.966,67	R\$ 11.966,67
TOTAL ITEM 6						R\$ 11.966,67
TOTAL ( LOTE + ITEM 6)						R\$ 27.600,64

1.2. Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2020, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.3. Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

1.4. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de aceite da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, os itens a serem adquiridos na presente licitação são classificados como bem comum, pois apresentam padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2. Desta forma, o objeto desta contratação está descrito de forma objetiva e clara no edital, estabelecendo padrão de qualidade que atende aos interesses da UFVJM e resultando em sua escolha na vantajosidade do menor preço.

4.3. Na realidade, neste tipo de fornecimento não se configuram grandes variações técnicas que influenciem em suas qualidades e nem tampouco são necessárias alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

### 5.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

5.1.1. O prazo de entrega dos materiais se efetuará em até 30 (trinta) dias corridos a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, de acordo com as especificações do edital, com o quantitativo de itens conforme tabela abaixo além dos endereços abaixo especificados:

Descrição Resumida dos itens	Quantidade	Local de entrega
Sonda Micro	1	Campus JK
Registrador eletrônico	2	
Painel eletrônico	2	
Sonda	1	
Sensor	1	
	1	

**Local de entrega para o Campus JK será no setor de Almoxarifado da UFVJM**, situado na Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000, bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG, CEP 39100-000, Telefone +55 (38) 3532-1200

**Local de entrega para o Campus Janaúba será no no Pavilhão de Aulas, primeiro andar, na sala do Data Center**, situado na Avenida Um, nº 4.150, bairro Cidade Universitária, Janaúba/MG, CEP 39447-790 Telefone: +55 (38) 3532-6812

5.1.2. Além da entrega nos locais indicados acima, as licitantes vencedoras deverão também descarregar e alocar os bens nos locais indicados pelo servidor, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos ou perdas causados aos bens.

5.1.3. Os bens entregues por transportadora deverão, obrigatoriamente, possuir pessoal para descarregar e alocar os bens, sob pena de rejeição de seu recebimento pela UFVJM.

5.2. No caso de descumprimento do prazo de entrega, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 72 (setenta e duas) horas, contados da data do recebimento da notificação, faça a entrega do material ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que a UFVJM, poderá, a seu critério, cancelar a Nota de Empenho e convocar o segundo colocado, sem, entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei 8.666/93: multa, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante recibo no documento Fiscal, no momento da entrega da mercadoria, desde que:

5.4.1. Estejam compatíveis com esta licitação e não exista a cobrança de frete;

5.4.2. Estejam os produtos embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

5.4.3. Não apresentem avaria ou adulteração;

5.4.4. Seja o material da mesma marca e oferecida na proposta inicial, possua as mesmas características da amostra enviada, sob pena de devolução;

5.4.5. Sejam entregues em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação, informando, inclusive, seu prazo de validade;

5.4.6. Estejam identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de mínimo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. O contratado é obrigado a substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

5.9. Os produtos serão substituídos, sem ônus para a UFVJM, caso não estejam de acordo com a proposta aceita no momento da licitação.

5.10. Caso seja constatada alguma irregularidade na entrega do produto, após o recebimento provisório, a UFVJM notificará a empresa para substituição do produto, suspendendo-se o prazo estipulado no item 4.5, que voltará a correr, por inteiro, após novo recebimento provisório;

5.11. O prazo para correção das imperfeições será determinado pela UFVJM, conforme o tipo de produto e a urgência na sua utilização.

5.12. O licitante vencedor fica obrigado à entrega do produto de acordo com a descrição detalhada do objeto ofertado, constante de sua proposta de preços e aceita pelo pregoeiro. A descrição detalhada do objeto ofertado se sobrepõe às descrições da marca e modelo apresentados, caso haja divergência entre eles.

5.13. O produto rejeitado ficará a disposição do fornecedor até o fim do prazo determinado para correção das imperfeições, correndo os custos de recolhimento e nova entrega por conta do fornecedor.

5.14. Não havendo substituição ou recolhimento do produto rejeitado, os produtos ficarão a disposição das suas respectivas empresas, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do prazo final concedido pela UFVJM, findo o qual terão a sua destinação

**determinada pela UFVJM.**

5.15. **O horário para recebimento dos objetos licitados é das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira.**

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 12 (doze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. **Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.**

13.2. Nesta contratação não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.2.1. Diante da natureza dos serviços e;

13.2.2. Considerando que o objeto não possui nenhum nível de complexidade;

13.2.3. Considerando tratar-se de uma licitação, onde a aquisição se dará por item, e

13.2.4. Considerando que a entrega dos itens é imediata.

13.3. A exigência da garantia contratual torna-se dispensável para a presente licitação.

### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 15. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O valor total estimado dos equipamentos a serem licitados é de R\$ 27.600,63 (**Vinte e sete mil e seiscentos reais e sessenta e três centavos**), conforme detalhado no item 1.1 deste Termo de Referência.

15.2. **Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN 73/2020 ME/SEDGGD/SG.**

## 16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento da UFVJM. Conforme os dados da a Certidão de Disponibilidade Orçamentária (SEI 0185778):

Natureza da Despesa: 449052

Sub-elemento Despesa: 04 - 30

Plano Interno (PI): M20RKG602HN - M20RKG6077N

Fonte do recurso: 8100000000

Programa Trabalho Resumido (PTRES): 169519

Município de Diamantina, 10 de novembro de 2020

Celmo Aparecido Ferreira  
Assessor de Meio Ambiente  
SIAPE: 2582565  
Assessoria de Meio Ambiente / Reitoria

Guilherme Petrone Soares De Oliveira  
Diretor de Administração do Campus Janaúba  
SIAPE: 2300826  
Diretoria de Administração do Campus Janaúba

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DA ÁGUA POR TELEMETRIA PARA ATENDER DEMANDA DA ASSESSORIA DE MEIO AMBIENTE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA PARA ATENDER DEMANDA DO CAMPUS JANAÚBA.**

**1 – Informações Básicas: Número processo:**

Número do processo: 23086.011076/2020-15

**2 – Descrição da necessidade da contratação:**

**A) DOS ITENS DA ASSESSORIA DE MEIO AMBIENTE**

A UFVJM é constituída de 04 (quatro) Campi que estão localizados nas cidades de Diamantina, Janaúba, Unaí e Teófilo Otoni, possuindo uma quantidade significativa de laboratórios e salas de aulas. Nessa estrutura são ofertados 49 (quarenta e nove) cursos presenciais, 05 (cinco) cursos na modalidade à distância, 08 (oito) programas de doutorado, 15 (quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programas de mestrado profissional.

No Campus JK localizado na cidade de Diamantina, o abastecimento de água é feito por meio de captação de água em poço tubular. Esta captação é regida pelo Certificado de Outorga emitido pela Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas do Jequitinhonha. Acompanha o Certificado de Outorga a Portaria IGAM nº 12 de 02 de maio de 2018, emitida pelos Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga's do Norte de Minas, Jequitinhonha e Leste Mineiro, com competência delegada pela Diretoria Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

De acordo com as normas acima mencionadas a UFVJM deve realizar o monitoramento do Poço em questão e do consumo diário da água extraída. Para que tenhamos condições de atender a legislação, a Assessoria de Meio Ambiente (AMA) realizou uma consulta ao técnico em eletroeletrônica da Divisão de Manutenção da Diretoria de Infraestrutura da UFVJM a fim de identificar qual a melhor estratégia para efetuar o monitoramento de modo viável e econômico para a instituição.

Neste sentido chegamos à conclusão que a melhor opção seria a aquisição dos equipamentos que compõem o sistema de controle do uso da água por telemetria. Essa solução tornou-se mais viável e econômica, visto que a instituição possui profissionais capazes de instalar e acompanhar o funcionamento do referido sistema.

Os equipamentos necessários para integrarem ao sistema foram identificados pela área técnica quais sejam: sonda micro, registrador eletrônico, painel eletrônico, sonda e sensor.

A aquisição destes equipamentos se justifica primeiramente em atender a legislação vigente (atender às imposições da portaria da Outorga) ademais é preciso fazer o controle do uso da água no Campus JK. Tal aquisição tem por objetivo minimizar os riscos de ficarmos sem este recurso natural por falta de informação inerente ao processo de captação e consumo de água.

**JUSTIFICATIVA PARA FORMAÇÃO DE LOTE**

**1. A aquisição dos equipamentos que compõem o sistema de controle do uso da água por telemetria (itens: Sonda Micro, Registrador Eletrônico, Painel Eletrônico, Sonda e Sensor) deverá ser licitada por lote.**

Segundo Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ed. São Paulo: 2005, Dialética, p. 206, “a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável”.

**1.1 Justificativa quanto às circunstâncias técnicas**

O agrupamento dos itens se justifica devido às circunstâncias técnicas, tendo em vista que os dados capturados pelas sondas são transferidos para serem armazenados no registrador através de protocolo de comunicação de dados. Portanto devem ter compatibilidade assegurada pelo fabricante para o absoluto funcionamento do conjunto.

Por sua vez, os registradores devem ser instalados, para proteção, em painel eletrônico que tenha características dimensionais e elétricas perfeitamente compatíveis com os mesmos.

O item sensor tem a função de capturar dados de hidrômetro convertendo as grandezas mecânicas proporcionais à vazão em sinais elétricos a serem armazenados e transmitidos pelo registrador. Portanto deve ter compatibilidade elétrica e mecânica com o hidrômetro atualmente em uso e com o registrador que se pretende adquirir.

Diante disso é essencial que os itens tenham uma correlação, a aquisição por item pode ocasionar prejuízo ao conjunto e problemas de incompatibilidade entre os equipamentos, caso fossem ofertados por empresas distintas.

Ademais para que o sistema funcione é necessário aquisição de todos dos itens na sua totalidade, de nada adiantaria adquirir somente alguns dos itens.



O lote é integrado por itens da mesma natureza, considerando a correlação e compatibilidade necessária entre os mesmos, bem como o fato de que no mercado estes itens são comercializados por empresas que atuam no mesmo segmento o que não afetaria a competitividade necessária à disputa.

## 1.2 Justificativa quanto às circunstâncias econômicas

Conforme pesquisas realizadas com os fornecedores, fica demonstrado que a empresa que comercializa o item sonda micro geralmente comercializa todos os outros itens, sonda, registrador, painel e sensor. Assim a competitividade na licitação não será afetada por se tratar de adjudicação por lote e não por item.

Consideramos a possibilidade de ter maior interesse dos fornecedores na licitação por lote, evitando assim que a licitação seja fracassada. Há também a questão de logística e custo para entrega que será para um conjunto de equipamentos e não para itens isolados. Talvez esse custo pudesse não compensar se a venda fosse de forma isolada por item, quando inserido o custo do frete em cada item.

Outro fato é a possibilidade de negociação, pois se o processo licitatório for conduzido através de licitação “por item” certamente não haverá margem para “negociação” dos valores dos itens para obtenção de descontos junto ao fornecedor. De modo que a licitação por lote viabiliza-se que o licitante conceda desconto sobre todo o lote, em virtude da economia do frete.

Este agrupamento é necessário e torna-se vantajoso para a instituição, por razões técnicas e econômicas, pois o intuito é garantir a aquisição dos itens e atingir o princípio básico da finalidade do processo licitatório que imprime à autoridade administrativa o dever de praticar o ato administrativo com vistas à realização da finalidade perseguida pela lei.

Os julgados mais recentes do TCU têm aceitado o processamento por lotes, MAS SOMENTE acompanhado de **robustas, fundadas e demonstradas razões (fáticas e argumentativas), demonstração das razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento** (Acórdão TCU nº 539/2013-P e Acórdão TCU nº 1592/2013-Plenário).

A decisão mais emblemática do Tribunal a esse respeito é o Acórdão TCU nº 5260/2011-1ª Câmara:

*Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si.*

Ressalta-se que foram agrupados somente os itens com as mesmas características, mantendo a licitação por itens nos demais em atendimento à Súmula 247 do TCU.

Em razão de todo exposto, esta licitação por lotes para os equipamentos Sonda Micro, Registrador Eletrônico, Painel Eletrônico, Sonda e Sensor, demonstra-se viável e imprescindível para o atendimento da nossa demanda.

## B) DO ITEM PARA O CAMPUS JANAÚBA

Em relação à aquisição da fonte de alimentação ininterrupta para o Campus Janaúba, informamos que nas suas edificações foi implantado cabeamento estruturado (UTP CAT.6), que se conectam via fibra óptica. Para acomodar todo o cabeamento existem 5 unidades de racks 24U, 2 unidades de 44U interligados por eletrodutos e eletrocalhas, sendo que 4 destes racks estão localizados no Data Center.

O campus disponibiliza serviços como: Acesso à internet para comunidade acadêmica, Hospedagem de aplicações web, Monitoramento de Servidores, Cluster de máquinas virtuais, Backup de banco de dados, Telefonia VoIP, armazenamento de dados, entre outros.

Para que todos esses serviços sejam entregues, equipamentos como rádios wireless, switchs gerenciáveis, controladoras e virtualizadores são utilizados.

As quedas de energia e oscilações na rede elétrica na região do Campus Janaúba têm causado indisponibilidade de serviços de TIC, e por isso existe um grande risco de danos aos equipamentos, uma vez que esses são mais sensíveis a variação de tensão e quedas bruscas de energia. Tal situação resulta em paralisação de toda a rede da Universidade, bem como em perda de dados importantes armazenados nos servidores.

A Aquisição da fonte de alimentação ininterrupta de 6kva possibilitará os benefícios abaixo listados:

- a) Aumento na disponibilidade do data center em eventuais quedas de energia;
- b) Redução de possíveis danos aos equipamentos do datacenter perda de dados em caso de queda de energia;
- c) Não interrupção dos serviços prestados pelo datacenter em caso de queda de energia e necessidade de uso do grupo gerador como fonte secundária.

## 3- Área Requisitante e Responsável

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Meio Ambiente (AMA)	CELMO APARECIDO FERREIRA
Diretoria de Administração do Campus Janaúba (DirAdm-JAN)	GUILHERME PETRONE SOARES DE OLIVEIRA

#### **4 - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade**

Tanto os equipamentos necessários para o controle do uso da água por telemetria como a fonte de alimentação ininterrupta que se referem a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação que serão entregues, bem como deverá fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados, sempre que possível, os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável.

#### **5 - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:**

**a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e**

**b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.**

Os bens a serem adquiridos enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um número razoável de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição dos materiais permanentes são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

Pregão eletrônico por sistema de registro de preços não se aplica, uma vez que os bens a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13.

Dispensa foi descartada uma vez que o item que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.

É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada, uma vez que os itens são encontrados no mercado, portanto a inviabilidade de competição não se aplica.

Considerando que os itens que se pretende adquirir, apesar de comuns, possuem certa especificidade, a adesão foi descartada, pois na pesquisa de preço que foi realizada não há licitação vigente com os itens a serem licitados.

A escolha adequada para realizar a contratação dos itens permanentes foi o Pregão Eletrônico em sua forma Tradicional, tendo em vista que os bens a serem adquiridos não se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13.

#### **6 - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;**

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição dos equipamentos necessários para o controle do uso da água por telemetria e da fonte de alimentação ininterrupta deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

#### **7 - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**

A definição do quantitativo e dos equipamentos necessários para o controle do uso da água por telemetria foi feito pela área técnica com vistas a obter um sistema capaz de atender as condicionantes da Outorga de uso da água e proporcionar a UFVJM um controle eficiente do uso da água no Campus JK. Desta forma, todos os itens, bem como suas quantidades, são suficientes para o fim proposto.

A aquisição de 1 (uma) Fonte de alimentação ininterrupta para atender a demanda do Campus Janaúba, com Potência de 6KVA. Energia de baterias para uma autonomia de cerca de 15 minutos: 3600VAh, considerando baterias padrão seladas (ou estacionárias) de chumbo de 12V, representa um total de 300Ah, é suficiente para conseguir atingir o objetivo da instituição.

**8 - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;**

Como método para estimar os valores para a referida contratação, pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia (média) utilizada para obtenção dos preços de referência estão demonstrados neste documento. As pesquisas de preços foram realizadas obedecendo as disposições da IN SEDGGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

*"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*

*II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*

*III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou*

*IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.*

**51º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II."**

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

Para formação dos preços dos itens a serem adquiridos, foram seguidas as recomendações e prioridades conforme descrito acima. No entanto, para os itens que irão compor o sistema de controle do uso da água por telemetria não tivemos sucesso nas consultas realizadas no Painel de Preços, desta forma, foi possível a obtenção de orçamentos conforme disposto no item IV.

Já em relação à fonte de alimentação ininterrupta, a pesquisa de preços foi realizada conforme orientação da Instrução Normativa nº 73/2020 no qual foram priorizadas contratações similares de outros órgãos públicos, por meio de consulta no site Painel de Preços.

Assim, segue abaixo o Mapa de Preços com informações pertinentes aos itens a serem adquiridos:

MAPA DE PREÇOS							
ITEM	CAT	MAT	DESCRIÇÃO	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MEDIA CNPJ
LOTE 1 - ITENS DE 1 A 5							
1		338612	SONDA, TIPO: CONTROLE PRESSÃO, APLICAÇÃO: SISTEMA MONITORAMENTO E DRENAGEM DE POÇO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TRASMISSOR DE NÍVEL COM ESCALA COMPREENDIDA ENTRE 0 A 65MCA E 0 A 80MCA COM MÍNIMO DE 73M DE CABO, DIÂMETRO MÁXIMO 17MM, INVÓLUCRO EM AÇO INOX 316; SENSOR PIEZORESTSTIVO EM INOX 316L; SINAL DE SAIDA 4 A 20MA A 2 FIOS; ALIMENTAÇÃO 8 A 28 VDC; PRECISÃO MELHOR OU IGUAL A 0,25% DO FE; PONTEIRA ROSCADA EM AÇO INOX 316; ELETRONICA COM COMPONENTES SMD E COM PROTEÇÃO CONTRA INVERSÃO DE POLARIDADE.	2.200,00	2.339,00	2.420,00	2.319,67 95.874.657/0001-94 21.261.784/0001-81 05.366.656/0001-46
2		43583	REGISTRADOR ELETRONICO DE PRESSAO - REGISTRADOR ELETRÔNICO COM NO MÍNIMO 8 ENTRADAS ANALÓGICAS, 2 SAÍDAS A RELÉ E 8 PORTAS DIGITAIS CONFIGURÁVEIS COMO ENTRADA OU SAÍDA. QUE ACEITE NO MÍNIMO ATÉ	4.646,00	5.100,00	5.030,00	4.925,33 95.874.657/0001-94 21.261.784/0001-81

		128 CANAIS PARA O CÁLCULO DE GRANDEZAS. QUE ACEITE NO MÍNIMO ATÉ 32 OCORRÊNCIAS DE ALARME DETECTADAS, PERMITINDO O ACIONAMENTO DE SAÍDAS. PERMITE O ENVIO DE E-MAILS OU DE TRAPS SNMP, INTERFACE RS485 INTERFACE USB, INTERFACE ETHERNET 10/100, DHCP, DNS, SMTP, HTTP, FTP, MODBUS TCP, SAÍDA 24V, ALIMENTAÇÃO 100-240VCA.					05.366.656/0001-46
3	106372	PAINEL ELETRÔNICO – AUTOMACAO. FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO, TAMPA TRANSPARENTE EM POLICARBONATO COM ADITIVO UV PARA MONTAGEM EM CAMPO, A PROVA DE TEMPO, GASES, VAPORES E PÓ (NEMA 4 -IP-65), COM RÉGUA DE BORNES E DISJUNTORES.	800,00	920,00	895,00	871,67	95.874.657/0001-94 21.261.784/0001-81 05.366.656/0001-46
4	338612	SONDA, TIPO: CONTROLE PRESSÃO. APLICAÇÃO: SISTEMA MONITORAMENTO E DRENAGEM DE POÇO.  TRANSMISSOR DE NÍVEL, ESCALA COMPREENDIDA ENTRE 0 A 15MCA E 0 A 20MCA CCM, MÍNIMO DE 25M DE CABO. INVÓLUCRO EM AÇO INOX 316; SENSOR PIEZORESTSTIVO EM INOX 316L; SINAL DE SAIDA 4 A 20M AA 2 FIOS; ALIMENTAÇÃO 8 A 28 VDC; PRECISÃO MELHOR OU IGUAL A 0,25% DO FE; PONTEIRA ROSCADA EM AÇO INOX 316. ELETRONICA COM COMPONENTES SMD E COM PROTEÇÃO CONTRA INVERSÃO DE POLARIDADE.	925,50	1.075,00	1.100,00	1.033,50	95.874.657/0001-94 21.261.784/0001-81 05.366.656/0001-46
5	150213	SENSOR PARA TRANSMISSÃO DE DADOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO-ESPECIFICAÇÕES: SAÍDA DE SINAL, EQUIVALENTE A CONTATO REED,CORRENTE MÁXIMA 100MA, TENSÃO MÁXIMA 30V, POTÊNCIA MÁXIMA 1W, TEMPERATURA DE TRABALHO °C -10/+55, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO °C -20/+55, PROTEÇÃO IP68. DEVE ATENDER ÀS NORMAS E.M.C. EN 50081-1, EN 50081-2, EN 50082-1, EN 50082-2. REFERÊNCIA SENSOR CYBLE FABRICADO PELA ITRON PARA LEITURA POR TELEMETRIA DE HIDRÔMETROS TIPO WOLTMANN .	647,90	712,50	700,00	686,80	95.874.657/0001-94 21.261.784/0001-81 05.366.656/0001-46
<b>ITEM</b>							
6	386679	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA TIPO NO-BREAK, TENSÃO ENTRADA: 220V, TENSÃO SAÍDA: BIVOLT 110/220 AUTO TRAFO, TIPO ESTABILIZADOR INTERNO: DUPLA CONVERSÃO, PROTEÇÃO ELETRÔNICA, TIPO ONDA: SENOIDAL, AUTONOMIA BATERIA: NO MÍNIMO 15 MIN., CAPACIDADE NOMINAL: 6 KVA. FUNÇÃO ECONOMIA DE ENERGIA, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO RS-232; USB, SLOT DE COMUNICAÇÃO E CARTÃO SNMP. CONECTOR PARA BATERIA EXTERNA TIPO ENGATE RÁPIDO COM SISTEMA HOT SWAP DE BATERIAS. BYPASS MANUAL E AUTOMÁTICO, TELA LCD COM TECLAS DE NAVEGAÇÃO.	10.500,00	11.800,00	13.600,00	11.966,67	22.801.116/0001-62 03.035.204/0001-56 21.997.155/0001-14

**9 - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;**

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item para o equipamento fonte de alimentação ininterrupta (no-break), nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 23: [...]

§ 1o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]

Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, esta não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

Nesse sentido, para a aquisição dos equipamentos que compõem o sistema de controle do uso da água por telemetria deverão ser licitados por lote, optou-se por agrupá-las em lote, por não ser técnica e economicamente viável o seu parcelamento conforme descrito no item II deste documento, ademais os equipamentos possuem uma relação de dependência entre si para atender ao fim a que se destinam, sendo viável, portanto, o agrupamento de tais itens.

Uma vez que os itens a serem agrupados em um mesmo lote não são produzidos por empresas de ramos distintos, não haverá restrição do caráter competitivo da licitação, conforme orienta o TCU (Informativo de Licitações e Contratos nº 148/2013 – TCU).

Sendo assim, é possível agrupar os itens mencionados em lotes, atentando-se para o fato de que “o fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória”. (JUSTEN FILHO, 2004. p. 209.)

#### **10 - Contratações correlatas e/ou interdependentes;**

Não se aplica a essa contratação.

#### **11 - Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;**

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir pela AMA estão contemplados no PAC/2020, são os itens 5818, 5819, 5820, 5821, 5822, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

O Plano Anual de Contratações atualizado está disponível para consulta no Portal da UFVJM em

[http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/cat\\_view/1291-/1675-.html](http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/cat_view/1291-/1675-.html)

Além disto, os itens a serem adquiridos pela AMA vão ao encontro do que está preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de 2017-2021 da UFVJM no que se refere às metas e objetivos da AMA no PDI, disponível para consulta no Portal da UFVJM em [http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI\\_2017\\_2021-2.pdf](http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf)

No qual destacamos o objetivo e a meta:

**Objetivo:** Coordenar os processos de Licenciamento Ambiental das diferentes atividades da Instituição, incluído as solicitações e renovações de outorgas de uso de águas existentes em suas dependências.

**Meta:** Dinamizar os processos de licenciamento e regularização ambiental na UFVJM.

Para o item previsto para o Campus Janaúba está contemplado no PAC/2020 como sendo o item 5826 e em relação ao PDI, o objeto da contratação visa atender as ações referente a manutenção e integridade dos itens de TI da instituição.

Serão contempladas nessa aquisição as seguintes ações:

- Contratar infraestrutura, equipamentos e software necessários para a atualização e ampliação dos datacenters;
- Licitar e manter contratos que visem à melhoria contínua da gestão dos serviços de TI, maximizando a disponibilidade;

#### **12 - Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;**

Com a aquisição dos equipamentos indicados pela AMA para montagem de um sistema de controle do uso da água por telemetria a UFVJM vai avançar no sentido de atender de forma plena a legislação ambiental e, além disso, terá o controle sobre este recurso natural extremamente necessário para o funcionamento do Campus JK. Assim, quando se fala em ações que visam o controle do uso da água, estamos falando de ações sustentáveis.

Em relação ao item pleiteado pelo Campus Janaúba, tendo em vista que as Fontes de alimentação ininterruptas são responsáveis por:

- a) Sustentar a alimentação do Datacenter em eventual queda de energia e no interstício da partida do Grupo Gerador que por padrão decorre em 15 segundos;
- b) Filtrar ruídos internos na rede elétrica que podem ocasionar danos aos equipamentos dispostos no Datacenter;
- c) Estabilizar a tensão da rede elétrica que é disponibilizada para os equipamentos do Datacenter.

Faz-se a aquisição do equipamento, visando o funcionamento adequado e seguro do Datacenter. Com a aquisição da fonte de alimentação ininterruptas, teremos os benefícios abaixo listados:

- a) Aumento na disponibilidade do DataCenter em eventuais quedas de energia;
- b) Redução de possíveis danos aos equipamentos do datacenter e perda de dados em caso de queda de energia;
- c) Não interrupção dos serviços prestados pelo datacenter em caso de queda de energia e necessidade de uso do grupo gerador como fonte secundária.

### **13 - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.**

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

O recebimento provisório e conferência de todo o material será realizado pela equipe da Diretoria de Materiais e Patrimônio da UFVJM, posteriormente o requisitante atesta o recebimento definitivo.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente não é necessária uma vez que o patrimônio da UFVJM está adaptado para o recebimento e armazenamento provisório do item em questão. Estes itens serão redirecionados aos locais previstos para serem instalados pela equipe de manutenção da Universidade.

### **14 - Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;**

Não haverá impactos ambientais para os itens que se pretende adquirir, pois os mesmos são bens permanentes com durabilidade longa e sem danos ao meio ambiente. Todos os itens podem apresentar necessidades de manutenções ao longo dos anos e tais ações não terão impacto ao meio ambiente.

No entanto, vale ressaltar que a utilização da fonte de alimentação ininterrupta por si não gera impactos ambientais, mas atenção especial deve ser tomada quanto ao descarte das baterias, garantindo o seu descarte correto. A gestão dos resíduos na UFVJM é de responsabilidade da Assessoria de Meio Ambiente, a qual assegura a destinação ambientalmente adequada.

### **15 - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.**

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

☒ (X) É VIÁVEL a presente contratação.

☐ ( ) NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

#### **15.1 Justificativa da Viabilidade**

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se como viável e imprescindível ao atendimento das demandas dos órgãos.

### **16. CPF dos Responsáveis**

Servidor/Cargo/Função	SIAPE	CPF
Celmo Aparecido Ferreira - Assessor de Meio Ambiente	2582565	014.303.206-21
Guilherme Petrone Soares De Oliveira - Diretor de Administração do Campus Janaúba	2300826	098.336.946-16
Jorge David de Oliveira - Técnico em Eletroeletrônica da Diretoria de Infraestrutura	3008617	344.706.546-04

Diamantina, 01 de outubro de 2020.

REFERÊNCIA:

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL. Gerenciado pelo Ministério da Economia. Disponível em:  
<<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/manual-etp-digital>> Acesso em 21 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Celmo Aparecido Ferreira, Assessor(a)**, em 11/11/2020, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Petrone Soares de Oliveira, Diretor(a)**, em 11/11/2020, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0213255** e o código CRC **4D8B2203**.